



Co-funded by the  
Erasmus+ Programme  
of the European Union

## Quadro de Competências para profissionais do Ensino e Formação Profissional na área da Justiça Juvenil e contextos relacionados



European Interaction Guidelines for  
Education Professionals when working with Children in Juvenile Justice Contexts  
No. 562146-EPP-1-2015-1-PT-EPPKA3-PI-FORWARD



Content on this report is licensed under a  
[Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## ÍNDICE

Prefácio .....	3
Introdução .....	4
Metodologia .....	5
Contexto Nacional .....	6
Objetivo .....	6
Estrutura do Quadro de Competências .....	7
Dimensões.....	8
Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na justiça juvenil .....	8
Competências .....	9
Aspeto da competência .....	9
Níveis de proficiência .....	9
A. Valores e Práticas Profissionais .....	10
1. Valores.....	10
B. Conhecimento e Compreensão .....	12
2. Educação no contexto.....	12
3. Requisitos curriculares, conhecimento do tema e pedagogia .....	15
4. Desenvolvimento infantil e aprendizagem.....	18
5. Gestão Eficiente do Comportamento.....	20
6. Necessidades Educativas Especiais e Deficiência (NEED) .....	22
7. Diversidade e cultura .....	24
8. Necessidades Adicionais .....	26
9. Avaliação e Comunicação.....	28
10. Tecnologias de Aprendizagem .....	31
11. Contexto Comunitário.....	33
12. Quadros Legais .....	36
C. Aptidões profissionais e a sua aplicação: planeamento, Ensino, aprendizagem e avaliação .....	37
13. Planeamento de aulas e Objetivos de aprendizagem .....	37
14. Suporte de aprendizagem e ambientes.....	39
15. Gestão do tempo .....	41
16. Estratégias de Ensino e recursos.....	42
17. Desenvolvimento institucional e aprendizagem.....	45
18. Estratégias de avaliação e metas .....	46

## Prefácio

Este manual foi desenvolvido como parte do Projeto Europeu – EIGEP (The European Interaction Guidelines for Educational Professionals when working with Children in Juvenile Justice Contexts), nº 562146-EPP-1-2015-1-PT-EPPKA3-PI-FORWARD, co-financiado pelo programa ERASMUS +.

O programa ERASMUS + é um programa para a Educação, Formação, Juventude e Desporto (2014-2020). Esta publicação foi elaborada durante o ciclo de vida do projeto, implementado com apoio financeiro da Comissão Europeia, através do Programa Erasmus +

O projeto EIGEP (mais detalhes em [www.eigep.eu](http://www.eigep.eu)) é um projeto Europeu inserido na ação-chave 3 “Projetos de cooperação voltados para o futuro”. Este projeto reúne atores de instituições do Estado e de instituições privadas nas áreas da educação, justiça, comunidade e setor privado, com o objetivo de experimentar soluções baseadas na comunidade para assegurar processos de educação com qualidade, dentro dos contextos de Justiça Juvenil.

## Introdução

O EIGEP - European Interaction Guidelines for Education Professionals when working with Children in Juvenile Justice Learning Contexts é um projeto de colaboração prospetiva que procura:

- Identificar
- Testar
- Desenvolver
- Avaliar

Abordagens inovadoras nos domínios da educação, formação e da juventude, procurando reformar as políticas educativas.

Tem por alvo a área educativa, procurando a redução das disparidades nos resultados de aprendizagem de crianças e jovens que passam pelo Sistema de Juvenil em comparação com os resultados das crianças e jovens no Sistema de ensino regular.

Os principais objetivos do presente projeto são:

1. Contribuir para a melhoria da aprendizagem de crianças e jovens em contextos de justiça juvenil através do desenvolvimento de uma ferramenta inovadora de indução para a formação inicial e contínua de educadores (centros educativos, centros de apoio à juventude, centros de detenção alternativa, etc.);
2. Contribuir para o desenvolvimento de ferramentas e redes de apoio que permitam melhorar a disponibilidade e a qualidade da oferta formativa dirigida a profissionais de educação que desenvolvem a sua atividade em contexto de justiça juvenil;
3. Contribuir para a melhoria de gestão dos profissionais de educação em contextos de justiça juvenil nos países parceiros e a nível Europeu.

Este projeto é composto por sete *Working Packages* (Pacotes de Trabalho) sendo que o presente manual se insere no *Working Package 4 "Grass-Root Level Education Professionals Analysis in Juvenile Justice"*, e no qual foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Perfil europeu de competências específicas para profissionais que trabalham com crianças e jovens em contextos de justiça juvenil;
- Organização de um "Workshop de Validação Nacional", em cada país parceiro, onde os profissionais confirmaram se o perfil desenvolvido era válido e relevante.

## Metodologia

O presente documento pretende apresentar o trabalho desenvolvido durante o *Working Package 4*, intitulado de *“Grass-Root Level Education Professionals Analysis in Juvenile Justice”*. O objetivo foi desenvolver um Quadro de Competências para profissionais que trabalham com crianças e jovens na área da Justiça Juvenil, que conseguisse refletir a importância dos resultados educativos, no seu sentido mais amplo. Durante todo este processo, procurou-se sintetizar percepções, indícios e feedback de todos os parceiros, de eventos realizados no âmbito do projeto, de partes interessadas e de uma extensa análise de evidências, políticas e debates na área.

Inicialmente foi identificada uma grande variedade de práticas de envolvimento dos professores, nos países parceiros (Portugal, Reino Unido, Lituânia e Roménia).

Atualmente não existem critérios Europeus para os professores lecionarem nos Estabelecimentos Prisionais/Centros Educativos, em muitos casos são os professores de adultos ou professores do ensino regular que se encontram a lecionar no Sistema de Justiça Juvenil, sem receberem qualquer tipo de formação específica ao contexto.

Os empregadores também variam de país para país, uma vez que em alguns países o pessoal é contratado pelo Estabelecimento Prisional ou pelo Ministério da Justiça e em outros países contratados pelos Departamentos Educativos ou pelo Ministério da Educação.

De forma a tentar colmatar estas lacunas, foi desenvolvido o presente quadro de competências tendo como base a análise de documentos e artigos, entrevistas com partes interessadas relevantes e profissionais do ensino que trabalham no Sistema de Justiça, em toda a Europa.

As fontes de recolha de informação utilizadas pela parceria foram:

- Documentos académicos sobre competências para trabalhar no setor do ensino (literatura académica sobre competências e aptidões dos profissionais docentes e pesquisas financiadas pela Comissão Europeia).
- Descrições de funções/empregos, textos de vagas e perfis de competência dos provedores.
- Resultados de aprendizagem de programas educativos (descrição do conjunto de conhecimentos, aptidões e atitudes que um indivíduo adquiriu e que é capaz de demonstrar após completar o processo de aprendizagem).

O trabalho de pesquisa foi realizado utilizando a seguinte metodologia:

- Mapeamento de profissionais responsáveis pela educação de crianças e jovens em contextos de Justiça Juvenil, análise da sua formação e preparação.
- Identificação dos principais atores que dão formação na área da Justiça Juvenil e integração dos professores às políticas dos Estabelecimentos prisionais/Centros Educativos.
- Identificação de uma lista de competências necessária, pelos profissionais, para que atuem num contexto de aprendizagem que estimule a aprendizagem e ofereça igualdade, inclusão apoio e respeito pela criança/jovem.
- Pesquisa da disponibilidade destas competências e se estas são promovidas na Europa através da formação de pessoal. Análise da sua relevância para outras funções/papéis profissionais.

A parceria seguiu a abordagem do Quadro de Competências estabelecido e articulado pelo Conselho Geral de Ensino da Irlanda do Norte, que enfatiza a importância da prática reflexiva no enquadramento e utilização de competências. Como destacam:

‘(competências) têm valor, uma vez que estão diretamente relacionadas à prática que pode ser desenvolvida de forma dedutiva, identificando comportamentos e estratégias eficazes que podem ser replicados (Norris, 1991; Lester, 1995)...o que demonstra que o desempenho é tão importante quanto o desempenho em si; e que o todo é mais do que a soma das partes’ (Whitty and Willmott, 1991:310).’

Acredita-se que esta estrutura deve ser interpretada e utilizada dessa forma.

## Contexto Nacional

Em Portugal foi realizado um Workshop Nacional de Validação intitulado “Perfil de Competências para profissionais de educação no Sistema de Justiça Juvenil”, que teve lugar no *Lisbon Labs* no dia 10 de janeiro de 2018.

Este workshop teve como principal objetivo gerar uma discussão aprofundada e precisa, não só sobre a natureza e o objetivo do quadro de competências, mas também sobre a sua compreensão prática e teórica. Participaram no evento, dezasseis representantes de organizações de educação juvenil e Sistema de Justiça.

As principais conclusões obtidas foram:

1. É necessário envolver e dinamizar os diretores dos Centros Educativos, pois esta é a única forma de garantir uma implementação total e correta das competências abordadas no presente quadro de competências, através da promoção de mudanças ao nível da política institucional.
2. Devem ser estabelecidas práticas de equipa, nomeadamente reuniões semanais de pessoal (ex.: professor, psicólogo, etc).
3. Deve ser gerado um padrão de educação e de comunicação, de forma a que a informação chegue a todos os atores envolvidos relativamente ao passado do jovem, necessidades, competências, dificuldades e preferências.
4. Os professores devem explicar de forma clara ao aluno quando e porque é que aqueles conhecimentos vão ser importantes para ele/ela, no futuro.
5. As competências de cada professor/educador devem ser maleáveis de acordo com o perfil de aprendizagem e as competências de cada jovem.
6. Estas crianças e/ou jovens adultos devem compreender o motivo pelo qual aprender é algo que o vai enriquecer e que é realmente bom para si próprio.

## Objetivo

Partindo deste raciocínio o Quadro de Competências pode ser utilizado para:

- Facilitar o desenvolvimento de programas de formação inicial de professores e programas de Desenvolvimento Profissional Contínuo por aqueles que prestam formação de professores;

- Fornecer uma base para discussão e prática para profissionais cuja função é apoiar o desenvolvimento de pessoal e/ou gestão de desempenho, dentro de ambiente educativos de Justiça Juvenil

- Informar o desenvolvimento de Estratégias de Aprendizagem e de Ensino a nível departamental ou institucional, dentro de ambientes educativos de Justiça Juvenil.

## Estrutura do Quadro de Competências

Os grupos-chave em torno dos quais as competências foram enquadradas são:

1. Preparação, fornecimento, implementação, monitorização e avaliação de intervenções e resultados educativos, promovendo práticas reflexivas (valores e práticas profissionais, conhecimento e compreensão, planeamento e liderança, Ensino e aprendizagem, avaliação).

2. Desenvolvimento da criança e do adolescente – implicações para a prática (desenvolvimento infantil – a criança como um todo, fatores psicossociais, cognição, capacidade, necessidades educativas especiais ou deficiência, gestão do comportamento e salvaguarda).

3. Comunicação eficaz e envolvimento com jovens, as suas famílias e respetivas carreiras (envolvendo alunos resistentes, perfil de envolvimento da equipa) – experiência vivida, aptidões do pessoal na construção de vínculos e de comportamentos pró-sociais).

Desta forma, é útil considerar as competências em dois grandes domínios profissionais:

- Professores – todos os papéis de Ensino dentro das configurações de segurança do Estado;
- Ensino – apoio à aprendizagem – assistência em sala de aula, mentores de aprendizagem, “especialistas por experiência”.

Consideramos cada um destes domínios profissionais em duas etapas de desenvolvimento:

- Formação inicial;
- Desenvolvimento Profissional Contínuo;

Foi, também, incluída uma outra dimensão, que identifica e destaca considerações específicas dos contextos de aprendizagem no âmbito da Justiça Juvenil, especificamente em relação ao conhecimento e compreensão exigidos. Desta forma, o presente quadro compreende 18 competências e encontra-se organizado da seguinte forma:



## Dimensões

O presente Quadro de competências encontra-se dividido em três dimensões diferentes:



### Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na justiça juvenil

Uma outra dimensão foi também incluída: “Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na delinquência juvenil” que identifica e destaca informação específica aos contextos de aprendizagem na justiça juvenil, especificamente em relação ao conhecimento e entendimento necessários.



## Competências

Dezoito competências foram desenvolvidas e distribuídas entre as diferentes dimensões.



### Dimensão 1: Valores e Práticas Profissionais

- Valores



### Dimensão 2: Conhecimento e Compreensão

- Educação no contexto
- Requisitos curriculares, conhecimento do tema e pedagogia
- Desenvolvimento infantil e aprendizagem
- Gestão Eficiente do Comportamento
- Necessidades Educativas Especiais e Deficiência (NEED)
- Diversidade e cultura
- Necessidades Adicionais
- Avaliação e Comunicação
- Tecnologias de Aprendizagem
- Contexto Comunitário
- Quadros Legais



### Dimensão 3: Aptidões profissionais e a sua aplicação: planeamento, Ensino, aprendizagem e avaliação

- Planeamento de aulas e Objetivos de aprendizagem
- Suporte de aprendizagem e ambientes
- Gestão do tempo
- Estratégias de Ensino e recursos
- Desenvolvimento institucional e aprendizagem
- Estratégias de avaliação e metas

## Aspeto da competência

Esta dimensão permite uma melhor compreensão sobre a descrição da competência, proporcionando e agregando valor e contexto dos utilizadores do Quadro de competências.

## Níveis de proficiência

A proposta de níveis dentro de uma estrutura é fornecer referências com as quais os utilizadores da estruturas podem identificar de forma imediata o desempenho relativamente a um nível de aptidão específico. Posto isto, dois níveis de proficiência foram incluídos neste Quadro Europeu de competências:

- Nível 1: Formação inicial
- Nível 2: Desenvolvimento Profissional Contínuo

## A. Valores e Práticas Profissionais

### 1. Valores

#### Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil

Estar ciente e compreender os valores Internacionais fundamentais para a Justiça Juvenil, que ajudam os profissionais a definir a sua própria resposta à delinquência juvenil e a fornecer intervenções educativas dentro do Sistema de Justiça Criminal, na vida de crianças em conflito com a lei:

- Artigos 37, 39 e 40 da Convenção do Direito das Crianças, dizem respeito aos direitos da criança em relação ao Sistema de Justiça Juvenil e, mais genericamente, ao Sistema de Justiça Criminal como um todo. Outros artigos da Convenção (arts. 2, 3, 6 e 12) estabelecem os princípios gerais que devem ser tidos em conta ao abordar a situação de crianças em conflito com a lei.
- Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil (as regras de Pequim) (Resolução da Assembleia Geral 40/33, anexo);
- Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (as Diretrizes de Riad) (Resolução da Assembleia Geral 45/112, anexo);
- Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados da Liberdade (Resolução da Assembleia Geral 45/113, anexo);
- Diretrizes de Ação para Crianças
- Comentário Geral Nº 10 (2007) do Comité para os Direitos da Criança, sobre os direitos das crianças na Justiça Juvenil;
- Artigo 6 da Convenção Europeia para os Direitos do Homem (CEDH);
- Regras Europeias de 2008 para os Delinquentes Juvenis sujeitos a sanções ou medidas (REDJ);
- Diretrizes do Conselho da Europa sobre a Justiça adaptada às crianças.

É necessário compreender que as respostas sociais e institucionais, sobretudo em contextos educativos, devem ser sempre centradas na criança, como exige a Convenção, e sempre resolutamente focada na ressocialização e reintegração de jovens delinquentes. Na área da Justiça Juvenil, os contextos educativos devem ser relevantes quer para a promoção dos Direitos da Criança, quer para a prevenção do crime.

Compreender os principais objetivos do Sistema de Justiça Criminal e as garantias que este oferece aos infratores, crianças e adultos.

Estar ciente dos objetivos de segurança pública do processo de justiça criminal, como se aplica aos delinquentes juvenis, e como refletem a expectativa do público sobre este processo. (Baseado no Comentário Geral nº 10 (2007), seção IV, do Comité para o Direito da Criança).

Isto, pode ir de encontro, do ponto de vista processual, ao “desenvolvimento inicial da carreira”. Assim, para o “Desenvolvimento Profissional Contínuo”, isto pode ser transformado em “Desenvolver e adaptar a própria prática desenvolvendo experiências que encaixem nos objetivos de segurança pública...”

Compreender que muitas crianças em conflito com a lei são, de certa forma, vítimas de crime e abusos.

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>A capacidade para compreender e manter valores e compromissos fundamentais (a base moral e ética do ensino), consagrados nos contextos do Código Nacional de Valores/Padrões e Práticas Profissionais no âmbito da Justiça Juvenil.</p>	<p>Estabelecer práticas, conhecimento e comportamentos, dentro da estrutura do valor estabelecido pelas Regras Nacionais/Organismos de Acreditação relevantes, com referência específica ao trabalho em contextos de Justiça Juvenil.</p> <p>Conhecer e aplicar os princípios fundamentais de convenções internacionais /nacionais sobre os Direitos da Criança com referência a situações de Justiça Juvenil.</p> <p>Conhecer e compreender debates relevantes sobre a educação em contextos de Justiça Juvenil.</p> <p>Demonstrar o compromisso em trabalhar de forma inclusiva com colegas, alunos e outras pessoas que partilham responsabilidades educativas e terapêuticas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhece e compreende os valores do Código, mostrando interesse em refletir sobre a sua aplicação na prática da Justiça Juvenil.</li> <li>• Conhece e compreende os valores fundamentais internacionais/nacionais incorporados no contexto da Justiça Juvenil.</li> <li>• Compreende a importância de promover estes valores através de deveres e responsabilidades, para providenciar uma educação inclusiva.</li> <li>• Conhece e compreende os modelos de desistência.</li> <li>• Compromete-se com a reabilitação através da integração da educação formal e social.</li> <li>• Conhece e compreende o impacto dos deveres de uma pessoa em relação a colegas, alunos e famílias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribui para o debate e promove os valores do Código entre os pares e profissionais do setor, refletindo sobre a sua aplicação e melhoria na prática da Justiça Juvenil.</li> <li>• Contribui para melhorar a aplicação e prática dos valores fundamentais internacionais/nacionais incorporados no contexto da Justiça Juvenil.</li> <li>• Aplica e promove estes valores em todos os deveres e responsabilidades para proporcionar uma educação inclusiva.</li> <li>• Aplica os modelos de desistência e lida com as suas limitações, contribuindo para a sua posterior melhoria.</li> <li>• Defende a importância da ressocialização através de integração da educação formal e social e promove ativamente o seu impacto.</li> <li>• Reflete, de forma crítica, sobre os deveres das pessoas em relação aos colegas, alunos e famílias e apoia os principiantes relativamente a dúvidas ou trocas éticas.</li> </ul>

## B. Conhecimento e Compreensão

### 2. Educação no contexto

#### Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil

Estar ciente, compreender e seguir os desenvolvimentos das políticas, conforme examinado por figuras-chaves não só na área, mas também em debates contemporâneos, incluindo estratégias de desistência (teoria) e de gestão de ofensores.

Compreender os desafios de desenvolvimento infantil de muitas crianças inseridas no Sistema de Justiça Juvenil e a confluência de traumas de infância e deslocamento social para possibilitar e assegurar o envolvimento educativo.

Estar ciente e compreender as tensões entre as políticas de contenção e a sua prática, bem como as necessidades dos alunos em ambientes de proteção. Compreender a natureza multidimensional e os desafios das crianças, cujos atrasos educativos, funcionamento social e deslocamento social representam desafios específicos de ensino e aprendizagem;  
Estar ciente da ressocialização e dos processos do sistema (geralmente associados à complexidade e aos limites das “agências”) na transição.

Compreender o desenvolvimento da teoria da desistência e os desafios da sua aplicação na ressocialização juvenil, nomeadamente: atraso na maturação e restrições estruturais para além da criança.  
Estar ciente dos dois principais pilares: o pilar normativo, definido pela Convenção pelos Direitos da Criança e outras normas internacionais, e o pilar da segurança pública, definido em termos de prevenção do crime e segurança pública;

A Justiça Juvenil deve mudar de um modelo baseado nos fatores de risco juvenis, que os jovens representam para a segurança pública, para um modelo com abordagens que reconheçam, apoiem e desenvolvam os pontos fortes de cada aluno, enquanto alunos.

Quer o Desenvolvimento Profissional Contínuo como os percursos educativos para Crianças e Jovens em Centros Educativos devem ser sistémicos, de forma a criar as condições e fomentar uma cultura de progressão na carreira e caminhos para a especialização, dada a falta de especialistas educativos no Sistema de Justiça nos níveis de prática e liderança.

Para os profissionais que trabalham, primeiramente, em ambientes de educação no Sistema de Justiça Juvenil, dificuldades ao nível institucional podem ser assustadoras; no entanto, é precisamente a natureza institucional destas falhas educativas que oferece espaço ao otimismo. Investigações e experiências eficazes sugerem que mudanças específicas, alcançáveis e baseadas em programas têm potencial de fazer uma diferença genuína nos resultados educativos das crianças, em contextos de Educação Juvenil. Por outras palavras, programas de educação em ambientes de detenção juvenil oferecem um potencial claro e inexplorado para fornecer novas oportunidades educativas, que irão aumentar o envolvimento com a aprendizagem, em ambientes de relacionamentos, que melhor atendem às necessidades de aprendizagem de todos os alunos.

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>Capacidade de desenvolver um conhecimento e compreensão sobre a essência, função, propósito e características da educação na Justiça Juvenil e o contexto (social, investigação, cultural, político, tecnológico e outros) em que os objetivos da educação são definidos e implementados em ambientes de Justiça Juvenil privativos ou não privativos da liberdade.</p>	<p>Conhecer, compreender e acompanhar tendências e debates sobre os fundamentos da educação nos contextos da Justiça Juvenil.</p> <p>Conhecer, compreender e inter-relacionar os contextos nos quais os objetivos da educação para a ressocialização são definidos e implementados em contextos de Justiça Juvenil. .</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhece e compreende a essência, função, objetivo, características e desafio(s) da educação no Sistema de Justiça Juvenil.</li> <li>• Compreende os desafios e dificuldades específicos ao Sistema de Justiça Juvenil (comparado com o Ensino regular);</li> <li>• Conhece e compreende o impacto, a eficácia e a adequação das respostas existentes à delinquência juvenil, em termos de cumprimento dos direitos e do melhor interesse da criança.</li> <li>• Aplica o conhecimento em desenvolvimentos dentro da Delinquência Juvenil.</li> <li>• Conhece e compreende os contextos contemporâneos da educação nos contextos da Justiça Juvenil, incluindo os desafios da “transição”.</li> <li>• Entende que as práticas educativas em Justiça Juvenil dependem de dois pilares principais: regras normativas e internacionais.</li> <li>• Entende que as práticas educativas, dentro da Justiça Juvenil, têm que mudar para abordagens que reconheçam, apoiem e desenvolvam os pontos fortes de cada aluno, enquanto aluno.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adapta o exercício das suas funções às características, objetivos e desafio(s) da educação na Justiça Juvenil.</li> <li>• Desenvolve planos para contrariar os desafios e dificuldades específicos do Sistema de Justiça Juvenil (em comparação com o ensino regular).</li> <li>• Desenvolve novas práticas, critica e promove, entre colegas, o impacto, a eficácia e a adequação das respostas existentes ao crime juvenil, salvaguardando o melhor interesse da criança.</li> <li>• Promove e contribui para os desenvolvimentos da área da Delinquência Juvenil, entre os colegas e comunidade local.</li> <li>• Participa em ações que influenciam a educação na Justiça Juvenil para a sua adaptação a tendências e evolução de contextos.</li> <li>• Desenvolve e aprofunda a compreensão da práxis, dentro da instituição, e através de redes e sistemas de redes de justiça criminais mais amplas.</li> <li>• Desenvolve a aprofunda a compreensão colaborativa na aplicação, administração e promoção de práticas centradas na criança, por meio do autoconhecimento e da partilha,</li> </ul>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreende a importância primordial de se envolver nas experiências de aprendizagem: alunos, das suas famílias e da comunidade.</li> <li>• Conhece e compreende a importância do desenvolvimento de sistemas para melhorar o acesso à educação.</li> <li>• Conhece e compreende os riscos de inclusão e reintegração que os intervenientes do Sistema de Justiça Juvenil enfrentam.</li> </ul>	<p>contribuindo para os modelos que provam “o que funciona”.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolve-se ativamente nas experiências de aprendizagem com os alunos, as suas famílias e da comunidade.</li> <li>• Desenvolve colaboração no desenvolvimento de sistemas para melhorar o acesso à educação, garantindo o envolvimento com redes e agências responsáveis.</li> <li>• Desenvolve, apoia e contribui para a promoção de percursos educativos de inclusão e reintegração que fortaleçam a autonomia do aluno e a inclusão social, reconhecendo os riscos enfrentados pelos jovens que ingressam na justiça, dando primazia à salvaguarda e à agência pessoal.</li> </ul>

## B. Conhecimento e Compreensão

### 3. Requisitos curriculares, conhecimento do tema e pedagogia

#### Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil

Estar ciente, compreender e seguir os desenvolvimentos das políticas; pesquisar os currículos de debates de práticas curriculares na ressocialização, acomodando a aprendizagem de outras disciplinas.

Compreender os desafios do acesso ao currículo, e da sua relevância para as crianças, nos contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil, bem como as implicações da “separação” paralelamente com os défices de aprendizagem.

Estar ciente e integrar na prática profissional os valores e práticas centrais da Europa, em torno de competências essenciais, nomeadamente:

- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões “Repensar a educação: investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos, 20.11.2012
- Recomendação 2006/962/ EC do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006, sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, OJ L 394, 30.12.2006.
- Conclusões do Conselho de 12 de maio de 2009 relativamente a um Quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e formação (‘ET 2020’), OJ C 119, 28.5.2009.

Incorporar na área de aprendizagem/disciplina(s) que leciona, as **oito competências-chaves** que foram definidas a nível da UE, e que representam uma combinação de conhecimentos, aptidões e atitudes que são considerados necessários para a realização pessoal e desenvolvimento; cidadania ativa; inclusão social; e emprego:

- comunicação na língua materna;
- comunicação em línguas estrangeiras;
- competências matemáticas e competências básicas em ciências e tecnologia;
- competências digitais;
- aprender a aprender;
- competências sociais e cívicas;
- sentido de iniciativa e empreendedorismo;
- consciência e expressão cultural.

Reconhecer como incorporar, nos currículos formal e social, práticas de desistência que acomodam as 8 competências-chave acima mencionadas, conforme definido a nível da UE.

Isto também se pode estender às estratégias de reintegração de aprendizagem familiar, onde a inclusão, a motivação e reconexão de relações são fatores importantes no percurso de desistência de alguém, não sendo isentas de risco.

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>Conhecimento e compreensão sobre como a área de aprendizagem/disciplina(s) lecionadas contribuem para o currículo nacional, estratégias e as 8 competências da UE.</p> <p>A capacidade de desenvolver conhecimento e compreensão dos processos de desenvolvimento curricular, incluindo planeamento, implementação e avaliação.</p> <p>Conhecimento linguístico e pedagógico relevante para apresentar o currículo. .</p>	<p>Desenvolver conhecimento e compreensão sobre como a área de aprendizagem/disciplina(s) lecionada se integra(m) nos currículos da Justiça Juvenil, adaptando-se às necessidades, prioridades e práticas de acesso, padrões e progressão.</p> <p>Consciência dos requisitos curriculares em etapas/fases fundamentais, incorporando os princípios da desistência.</p> <p>As pedagogias são flexíveis às necessidades e refletem centralidade das estratégias de Ensino e de aprendizagem, no contexto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possui conhecimentos curriculares, da disciplina e pedagógicos relevantes, reconhecendo as variações da disponibilidade/acessibilidade do currículo (níveis) e a sua reflexão sobre os contextos da Justiça Juvenil face às 8 prioridades da UE.</li> <li>• Tem consciência dos requisitos curriculares nas fases de aprendizagem anteriores e posteriores; complementando as estratégias de integração, transição e readequação.</li> <li>• Procura desenvolvimentos específicos de temas/disciplinas, entendendo a sua aplicação aos desenvolvimentos curriculares e estratégias nacionais.</li> <li>• Conhece e compreende a relação entre o planeamento, implementação e avaliação do currículo no contexto.</li> <li>• Conhece e compreende como o currículo é suportado pela teoria da desistência e a sua inserção no currículo social.</li> <li>• Conhece e compreende como a pedagogia conduz o Ensino e a aprendizagem, no contexto, demonstrando estratégias de adaptação das</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve capacidade de pesquisa e implementação da aprendizagem, em estratégias curriculares/específicas de assuntos da pesquisa internacional/da UE sobre justiça em geral e justiça juvenil.</li> <li>• Adapta a própria prática de reclassificação dos requisitos curriculares nas fases de aprendizagem anteriores e posteriores; promove e desenvolve estratégias de integração e readequação.</li> <li>• Colabora na conceção e promoção de desenvolvimentos específicos da área/disciplina, colocando em prática a sua aplicação à evolução curricular e estratégias nacionais.</li> <li>• Planeia, implementa e avalia o currículo no contexto.</li> <li>• Possui uma compreensão aprofundada e contribui para o reforço da evolução do currículo em várias fases, a fim de auxiliar a “transição” para a escola regular e para os percursos vocacionais, promovendo as 8 competências da UE.</li> <li>• Contribui para práticas baseadas em indícios críticos através da colaboração com colegas,</li> </ul>



Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
		<p>pedagogias as estratégias terapêuticas na educação inclusiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreende como o currículo deve ser adaptado e diferenciado para atender a alunos com necessidades especiais ou deficiência.</li> </ul>	<p>instituições e órgãos profissionais para avaliar a prática pedagógica específica do setor emergente.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento profundo sobre como identificar quando o currículo deve ser adaptado e diferenciado para atender os alunos com necessidades educativas especiais ou deficiências.</li> </ul>

## B. Conhecimento e Compreensão

### 4. Desenvolvimento infantil e aprendizagem

<b>Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil</b>
<p>Como o que é que se parece a “mudança”? Como e porque é que as crianças no Sistema são provenientes de diferentes pontos de partida em contrapartida com os pares do Ensino regular?</p> <p>Estar ciente e compreender a natureza distinta e multifacetada do “trauma” na infância e o atraso no desenvolvimento/amadurecimento do funcionamento educativo e social.</p> <p>Reconhecer a crescente relevância da investigação neurocientífica sobre o atraso educativo e a sua interação com o funcionamento educativo das crianças no sistema.</p> <p>Muitas crianças dentro do Sistema são rotuladas e deslocadas negativamente. O reconhecimento da sua separação é agravado pela sua situação ambiental. Um vínculo afetivo forte, positivo e confiável é fundamental para assegurar o envolvimento com a aprendizagem formal e social.</p> <p>Reconhecer a importância da avaliação precisa e proporcional para a aprendizagem, e a necessidade de cultivar o acesso às 8 competências da EU, no desenvolvimento dos alunos para a independência e a aprendizagem independente.</p> <p>As implicações de assegurar e manter a progressão na aprendizagem, dada a variação tanto na duração da sentença, restrições situacionais e compromissos de desistência além da instituição.</p>

<b>Competência</b>	<b>Aspeto da Competência</b>	<b>Formação Inicial – Justiça Juvenil</b>	<b>Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil</b>
A capacidade de desenvolver conhecimento e compreensão sobre os fatores que incentivam e impedem a aprendizagem eficaz, considerando a necessidade de fornecer, para o desenvolvimento	<p>Entende o que se sabe sobre os fatores que apoiam a melhoria da aprendizagem, relativamente aos alunos inseridos em contextos de Justiça Juvenil.</p> <p>Entende o que se sabe sobre os fatores socio-emocionais,</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Examina e mostra uma compreensão das teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil, colocando em prática a fisiologia da aprendizagem e os fatores psicossociais que inibem a aprendizagem (incluindo trauma(s) na infância e atraso/interrupção do desenvolvimento).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolve e sensibiliza os colegas, pais e famílias para a compreensão dos fatores que apoiam a aprendizagem, de modo a que exista uma instituição com um impacto alargado na aprendizagem dos alunos, colaborando terapeuticamente, nos contextos da Justiça Juvenil para a transição.</li> </ul>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>holístico da criança, abordagens colaborativas e terapêuticas.</p>	<p>de saúde e os atrasos que dificultam e inibem a aprendizagem, em contextos de Justiça Juvenil, e como estes são geralmente multidimensionais, tendo um impacto no desenvolvimento e funcionamento educativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreende as pressões/atrasos de maturação que inibem o acesso a deficiências de aprendizagem/funcionamento e adapta estratégias de Ensino e aprendizagem.</li> <li>• Tem consciência e compreensão “do que funciona” na prática do Ensino e pedagogia.</li> <li>• Compreende o conceito do impacto do “trauma” na aprendizagem personalizada, em todo o pensamento e funcionamento para a aprendizagem.</li> <li>• Conhece e identifica os fatores que causam/influenciam atrasos na aprendizagem e desenvolvimento.</li> <li>• Compreende a criatividade na prática, reconhecendo que abordagens de sala de aula podem ser inadequadas a uma aprendizagem eficaz.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Partilha a aprendizagem por observação e estimula uma melhor compreensão das abordagens terapêuticas no desenvolvimento do funcionamento educativo.</li> <li>• Desenvolve uma rede de profissionais que partilham factos “do que funciona” na adaptação à prática do Ensino e na informação de pedagogia.</li> <li>• Desenvolve uma compreensão concetual mais profunda do “trauma” de forma a abranger a saúde mental, o abuso de substâncias e neuro-deficiências.</li> <li>• Desenvolve um “eu” mais profundo e uma compreensão partilhada dos fatores que causam/influenciam atrasos na aprendizagem e no desenvolvimento; identificando, ao nível cognitivo, como estão ligados aos processos de Justiça Juvenil.</li> <li>• Desenvolve, contribui e promove uma cultura de aprendizagem, em toda a instituição, onde a aprendizagem é prioritária e vista como uma função de todos, de toda a equipa e de toda a administração, concentrando-se em relacionamentos de qualidade que orientam para uma teoria partilhada de mudança.</li> </ul>

## B. Conhecimento e compreensão

### 5. Gestão Eficiente do Comportamento

#### Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil

As crianças a cumprirem medidas preventivas da liberdade estão preocupadas com questões de ressocialização e segurança pessoal. Estudos apontam para três potenciais componentes para envolver crianças, com sucesso, na educação. Gerir relacionamentos e espaço é fundamental...

Relacionamentos positivos com todos os funcionários, incluindo o corpo docente, são reconhecidos como fundamentais na gestão do comportamento. Através da criação de diferentes relacionamentos com adultos, incluindo com os professores, maneiras apropriadas de comportamentos e respostas em diferentes contextos podem ser demonstradas e auxiliando ao envolvimento das crianças que cumprem medidas privativas da Liberdade.

Reconhecer emoções é uma aptidão essencial no desenvolvimento de relacionamentos com os outros. Algumas crianças podem não ter a capacidade de reconhecer emoções devido a lesões cerebrais traumáticas, dificultando a criação de novas relações.

A educação é eficaz quando é significativa e interessante para as crianças em cumprimento de medidas privativas da liberdade. Abordagens vocacionais que englobam a alfabetização e aptidões numéricas podem ser mais envolventes e significativas do que as aulas formais, pois estabelecem ligações explícitas para o conhecimento fora da instituição. De forma a valer a pena, a formação vocacional precisa de ser boa e de qualidade.

Os recursos comuns das abordagens de gestão de comportamento mais bem-sucedidas, incluem:

- Envolvimento do pessoal;
- Atenção ao detalhe;
- Prática consistente;
- Líderes visíveis;
- Expectativas detalhadas;
- Clareza da cultura
- Alto apoio do pessoal
- Todos os alunos importam ... de forma igualitária.

Compreender o perfil demográfico (social, cultural e linguístico) das crianças a cumprirem medidas privativas da liberdade, reconhecendo os direitos estabelecidos na Carta da ONU.

Uma cultura clara de padrões de comportamentos e a manutenção de limites, rotinas, recompensas e sanções devem incutir e representar um padrão claro de comportamento pró-social, e é a chave para assegurar abordagens de desistência de propósito e relevância.

Adotando perspetivas e temas inclusivos no conteúdo curricular, abordado a discriminação (direta e indireta), a intolerância, promovendo valores democráticos de cidadania, respeito à lei e respeito à diversidade.

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>A capacidade de desenvolver conhecimento e compreensão sobre as diferentes estratégias que estabelecem, apoiam e mantêm o comportamento pró-social e que melhoram a aprendizagem dos alunos, abordando comportamentos inadequados em contextos de Justiça Juvenil e complicações associadas à contenção.</p>	<p>Conhecimento e compreensão de diferentes estratégias para estabelecer, apoiar e reter o comportamento pró-social na criação de um ambiente eficaz de aprendizagem e apoio, livre de intimidação, dano ou rutura.</p> <p>Conhecimento e compreensão do contexto/impacto dos atrasos educativos, de amadurecimento e de desenvolvimento sobre o comportamento disruptivo e resistente em contextos de Justiça Juvenil.</p> <p>Conhecimento e compreensão do contexto/impacto da contenção e do distanciamento familiar, e dos “puxões” do comportamento disruptivo /desafiador em contextos de Justiça Juvenil.</p> <p>Antecipar comportamentos inadequados, no contexto de políticas institucionais, e o que se sabe sobre melhores práticas, com reconhecimento específico das dinâmicas nos contextos de Justiça Juvenil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhece e aplica estratégias-chave flexíveis e responsivas para apoiar e manter um comportamento positivo, de forma a atender às necessidades de educativas e de desistência de todos os alunos</li> <li>• Conhece e aplica modelos terapêuticos de adaptação de comportamento na produção e aplicação de estratégias comportamentais básicas “individualizadas” e a criação de rotinas e limites.</li> <li>• Compreende as tensões associadas ao distanciamento familiar e as restrições associadas à “contenção” e às condições de segurança, e como elas entram em conflito através do comportamento.</li> <li>• Compreende e aplica uma gestão eficaz e positiva do relacionamento e uma gestão eficaz do espaço com os alunos, tendo por base a empatia, comunicação, confiança e respeito mútuo, fazendo com que os alunos se sintam seguros e protegidos.</li> <li>• Reconhece e acomoda as necessidades comportamentais associadas às Necessidades Educativas Especiais ou Deficiência (NEED).</li> <li>• Conhece e compreende a relevância de estratégias que permitem prever a antecipação,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve, sistematicamente, formação em gestão do comportamento e colabora com colegas em processos de configuração de Justiça Juvenil, planeando estratégias que são implementadas como melhores práticas.</li> <li>• Consciencializa e aplica uma gama de estratégias comportamentais (individuais e em grupo) reativas e pró-ativas, dentro da instituição, contribuindo para uma cultura de consistência e modelação comportamental.</li> <li>• Desenvolve e promove, entre colegas de trabalho, as suas próprias práticas para combater as tensões associadas ao distanciamento familiar e as restrições associadas à “contenção”.</li> <li>• Desenvolve mecanismos para partilha de práticas e investigações eficazes com os colegas, tendo por base a empatia, comunicação confiança e respeito mútuo, fazendo com que os alunos se sintam seguros e protegidos.</li> <li>• Cria e dissemina soluções para as necessidades comportamentais associadas às Necessidades Educativas Especiais ou Deficiência (NEED).</li> </ul>

	Juvenil e de estratégias de planeamento comportamental.	interrupção ou escalamento grave, na gestão de incidentes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consciencializa os colegas sobre estratégias de previsão para antecipar a interrupção ou escalamento sério, na gestão de incidentes.</li> </ul>
--	---------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## B. Conhecimento e compreensão

### 6. Necessidades Educativas Especiais e Deficiência (NEED)

<b>Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil</b>
<p>A incidência dos NEED dentro da população a cumprir medidas preventivas da Liberdade no Sistema de Justiça Juvenil é muito mais alta do que entre os seus pares do Ensino regular. Os alunos NEED não devem ser vistos como um assunto distintamente educativo.</p> <p>Refletir e analisar criticamente os colegas e líderes sobre a eficácia/recursos da avaliação das necessidades fornecidas pelos tribunais? São confiáveis? Que apoio de “inteligência existe relativamente às NEED” e este está disponível a partir de fontes de bem-estar de sentença/tribunal? Como é que a instituição facilita a reinserção e a comunicação das informações dos NEED.</p> <p>O envolvimento de alunos relutantes deve ser foco chave. A aprendizagem, fora dos ambientes tradicionais de sala de aula, deve ser tornar a norma e não a exceção em ambientes seguros. A utilização de desporto e artes deve ser uma parte fundamental desta abordagem, a fim de fornecer “ganchos” para a aprendizagem.</p> <p>Procurar formas de aplicar mais modelos/“especialistas por experiência” com experiência do Sistema de Justiça Criminal, deve ser explorado.</p> <p>Uma característica comum dos provedores de educação para a justiça juvenil, mais bem-sucedidos, é a atenção dada ao falar e ouvir dentro e fora da sala de aula – uma abordagem centrada na instituição em que a linguagem e a sua relevância para a compreensão é crucial.</p> <p>Reconhecer e estar preparado para as disparidades nas obrigações, práticas e recursos das NEED, nos contextos regulares, em oposição aqueles que se encontram inseridos em contextos de Justiça Juvenil.</p> <p>Apesar, de em muitas jurisdições, as NEED sejam um direito legal, a natureza da sentença/duração, deslocamento familiar/trauma e acomodações inapropriadas, após a libertação, frustram a progressão e os danificam os ganhos da desistência que permitem a aprendizagem.</p> <p>Defender que todos os professores, em contextos de Justiça Juvenil, tenham formação em NEED, com um mínimo de 1 coordenador NEED em cada estabelecimento.</p> <p>Estabelecer um programa de Formação Contínua Profissional na área das NEED em cada instituição, alinhado com os padrões de acreditação nacionais, equitativos aos regulares. Como é que a avaliação das NEED é feita na sua instituição: é aquedada ao objetivo? Atende as necessidades das crianças em relação a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidades sociais;</li> <li>• Necessidades ambientais;</li> </ul>

**Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil**

- Necessidades de aprendizagem;
- Necessidades de saúde;
- Necessidades emocionais/relacionais;
- Necessidades de transição
- Necessidades de desistência;

Reconhecer a interação entre o diagnóstico de NEED e as múltiplas desvantagens que muitas crianças enfrentam.

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
A capacidade para compreender e reconhecer as próprias responsabilidades, sob o Código/Regulamentos Nacionais de NEED, e conhecer as características/escala e alcance das NEED em ambientes de Justiça Juvenil	<p>Conhecer e entender as suas responsabilidades sob o Código/Regulamentos Nacionais das NEED e os requisitos para o projeto e implementação de planos de educação/saúde.</p> <p>Conhecer e compreender os processos de aprendizagem inclusiva, aplicando os planos de NEED, tendo em conta o contexto de Justiça Juvenil.</p> <p>Conhecer e compreender estratégias de ensino para jovens com necessidades educativas especiais e criar</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreende o funcionamento do Ensino e aprendizagem em ambientes de educação especial, dentro da educação sobre a Justiça Juvenil.</li> <li>• Desenvolve, através da prática e mentoria, o conhecimento e a compreensão das características básicas das necessidades especiais comuns (tais como: dispraxia, dislexia, discalculia, distúrbios do espectro autista e comunicação fonoaudiológica).</li> <li>• Tem consciência e está empenhado em conhecer mais sobre as necessidades especiais dos próprios alunos, e utiliza, sob supervisão, este conhecimento para promover uma abordagem inclusiva</li> <li>• Tem consciência dos direitos das NEED, de acordo com a legislação nacional e internacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve orientação prática através da adoção de investigações e iniciativas políticas que contribuem para melhorar a prática, o conhecimento e a compreensão entre colegas, alunos e familiares dos processos de NEED.</li> <li>• Adapta a própria prática e promove estratégias, entre colegas, para lidar com as características básicas das necessidades especiais.</li> <li>• Guia outros colegas sobre as necessidades especiais dos próprios alunos para promover uma abordagem inclusiva; encaminha os alunos rapidamente quando surgem necessidades de diagnóstico.</li> <li>• Desenvolve e aprofunda a consciencialização sobre as “barreiras”, dentro dos percursos de transição e reabilitação, para os direitos das NEED.</li> </ul>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
	metodologias de trabalho em conformidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem consciência das estratégias de aprendizagem existentes, direcionadas para os alunos com NEED, de forma a evitar a desistência.</li> <li>• Identifica e reencaminha, aos profissionais relevantes, os alunos que exibem atrasos no funcionamento educativo, que dá progressão à aprendizagem.</li> <li>• Conhece e compreende a importância de ter uma cultura NEED na instituição, bem como a importância de incluir as famílias no processo de avaliação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve, através da colaboração, estratégias de aprendizagem mapeadas em planos de aprendizagem para a desistência.</li> <li>• Desenvolve recursos de avaliação e de triagem precoces, para os alunos que não se aplicam à categorização das NEED, mas que exibem atrasos no funcionamento educativo que prejudicam a progressão da aprendizagem.</li> <li>• Desenvolve toda uma cultura institucional de colaboração de NEED, trabalhando com o coordenador das NEED e as famílias, ajudando os colegas a desenvolver, compreender e aplicar a avaliação e triagem para crianças com NEED.</li> </ul>

## B. Conhecimento e Compreensão

### 7. Diversidade e cultura

Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil
<p>Reconhecer que a educação sustenta a Liberdade (John Rawls), compreender o perfil demográfico (social, cultural e linguístico) das crianças em cada ambiente de cumprimento de pena, reconhecendo os direitos estabelecidos na Carta da ONU, para crianças inseridas nesses mesmos ambientes.</p> <p>O princípio da igualdade de oportunidades e equidade na educação, muitas vezes em ambientes de justiça é diminuído devido a reclamações concorrentes; reconhecer objetos do Sistema e falhas que inibem os direitos à justiça social em igualdade. Isto tem implicações nas práticas de desistência inclusiva.</p> <p>Reconhecer que uma criança não tem dificuldades ou deficiências de aprendizagem somente porque a língua (ou forma de linguagem) na qual ele/ela será ensinado, é diferente de uma língua (ou forma de linguagem) que é ou foi falada em casa.</p>



Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>Capacidade de compreender e considerar as características significativas da cultura, da linguagem e dos sistemas de crença dos alunos, e desenvolver estratégias pedagógicas adequadas que abordem as implicações na aprendizagem e na desistência que delas advém.</p>	<p>Conhecer e compreender o perfil dos alunos e as suas implicações no desempenho de aprendizagem.</p> <p>Conhecer e dominar estratégias, métodos e técnicas pedagógicas para lidar com as restrições de aprendizagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhece o impacto potencial das diferenças culturais no processo de aprendizagem, e é sensível à diversidade mantendo sempre os valores profissionais, legislação de igualdade e estratégias de desistência.</li> <li>• Compreende a importância do conhecimento e práticas de outras culturas no ambiente de aprendizagem e no conteúdo do currículo.</li> <li>• Aborda, proactivamente, questões emergentes em relação às diferenças culturais, inclusão e respeito à diversidade, procurando dominar as estratégias, os métodos e as técnicas adequadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve, colaborativamente, perspetivas de inclusão e temas dentro do conteúdo curricular, abordando a discriminação (direta e indireta) e a intolerância.</li> <li>• Desenvolve estratégias, no ambiente de aprendizagem, que permitem a partilha de diferentes conhecimentos e práticas, que possibilitam a promoção de valores democráticos de cidadania, equidade e diversidade.</li> <li>• Desenvolve, com os colegas e num contexto institucional mais amplo, medidas para promover a inclusão, princípios, diferenças culturais e respeito pela diversidade nos ambientes de ensino e aprendizagem.</li> </ul>

## B. Conhecimento e Compreensão

### 8. Necessidades Adicionais

<b>Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil</b>
<p>Qual é o seu contexto doméstico (demográfico, estrutural e sociocultural)? Quais são as conclusões da sua mais recente inspeção nacional?</p> <p>Em todos os contextos privativos da Liberdade em Inglaterra, a “força de trabalho está pouco preparada para gerir as necessidades dos jovens” (<i>Youth Custody Improvement Board, 2017</i>).</p> <p>Pesquisar literatura internacional e Europeia sobre os debates contemporâneos, reconhecendo, articulando e acomodando as necessidades (e desafios) adicionais das crianças dentro do Sistema de Justiça Criminal, particularmente aqueles sujeitas a penas privativas da Liberdade.</p> <p>Reconhecer que os recursos de necessidades adicionais, em ambientes de justiça, são conduzidos por uma série de fatores socioeconómicos, estruturais e comportamentais, muitas vezes amplificados pela distância da falta de familiaridade social familiar. As pressões ambientais, de reinserção, e de segurança são significativas e têm o potencial de aprofundar a alienação, a desconfiança e a reincidência.</p> <p>Muitas crianças, no Sistema, sofrem de problemas de fala, linguagem e comunicação, além de outros fatores que podem conduzir a atrasos educativos.</p> <p>Para ter acesso a oportunidades apropriadas de aprendizagem e progressão cada aluno, dentro da instituição, deve estar sujeito a uma abordagem “centrada na criança”, integrando a sua aprendizagem formal à socialização/modelação de comportamento positivo adaptativo e planeamento de transição com a devida consideração aos resultados de integração social.</p> <p>Qualquer teoria da desistência deve reconhecer as capacidades de funcionamento educativo de cada criança, no planeamento de estratégias de desistência por meio da aprendizagem.</p>

<b>Competência</b>	<b>Aspeto da Competência</b>	<b>Formação Inicial – Justiça Juvenil</b>	<b>Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil</b>
Capacidade de reconhecer as próprias responsabilidades no reconhecimento e atendimento as	Compreender as implicações e responsabilidades adicionais relacionadas com os	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhece e compreende as principais características das necessidades adicionais que afetam o ensino e a aprendizagem eficaz, com base na educação centrada na criança,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve e projeta, de acordo com as principais características das necessidades adicionais, traumas e separações na aprendizagem, estratégias que as reduzem, tendo por base uma educação focada na criança.</li> </ul>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>necessidades adicionais dos alunos nos contextos de Justiça Juvenil.</p>	<p>contextos de aprendizagem da Justiça Juvenil.</p> <p>Conhecer as características das necessidades adicionais dos alunos (muitas vezes complexas), dentro do Sistema de Justiça Juvenil, particularmente aqueles que se encontram sob alçada do Estado e de escolas/instituições que os acomodam.</p>	<p>particularmente os impactos do trauma na infância e a separação na aprendizagem.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhece e compreende a necessidade de planear a diferenciação e como é que as necessidades adicionais, como a gestão de comportamento, são personalizadas.</li> <li>• Reconhece o valor de ensinar os alunos com necessidades educativas adicionais, sob a orientação de um professor orientador e o apoio de planos terapêuticos.</li> <li>• Conhece os recursos comuns de necessidades adicionais, no contexto da Justiça Juvenil, e sob orientação, adota estratégias de ensino em conformidade.</li> <li>• Conhece e está atualizado em relação à variedade de estratégias de ensino para envolver alunos resistentes/relutantes.</li> <li>• Compreende como é que os planos de desistência abordam estas necessidades e como é que são incorporados no planeamento e no atendimento de necessidades adicionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve e aprofunda a consciencialização de especialistas externos e de indícios “do que funciona” em abordagens diferenciadas para categorização, avaliação e planeamento de aprendizagem.</li> <li>• Desenvolve, adapta e promove estratégias de ensino para atender às necessidades adicionais na educação personalizada.</li> <li>• Desenvolve capacidades na formação de professores para compreender a natureza multifacetada das necessidades adicionais.</li> <li>• Em colaboração com outros colegas, desenvolve oportunidades práticas para envolver alunos resistentes/relutantes e mapeia em estratégias de ensino.</li> <li>• Desenvolve a aprofunda a colaboração com outros educadores/disciplinas para atender necessidades adicionais, além dos objetivos formais de educação.</li> </ul>

## B. Conhecimento e Compreensão

### 9. Avaliação e Comunicação

#### **Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil**

Os profissionais devem reconhecer a importância central de um relacionamento profissional, livre de julgamento e de confiança em que as crianças são ouvidas. Onde os seus objetivos e aspirações são levados a sério e sobre os quais são tomadas ações, e os percursos educativos para Crianças e Jovens em Centros Educativos, devem incutir um sentido de esperança e autoeficácia na comunicação da mudança e como esta acontece.

As configurações devem implementar modelos terapêuticos de cuidado e controlo, através de estratégias de comunicação baseadas numa mão de obra valorizada e motivada, com amplo conhecimento de estratégias de comunicação, a nível interpessoal e de grupo, integrando e envolvendo capacidades em todos os contextos educativos/sociais/de interação.

Não existe uma estratégia de comunicação abrangente que se adapte a todos os sistemas ou disposições. Mas existe um consenso de que a comunicação eficaz é caracterizada pela compreensão mútua, respeito e justiça, onde as crianças são ouvidas e valorizadas.

Em qualquer ambiente terapêutico, as estratégias de comunicação facilitadas por relacionamentos positivos e intermediários confiáveis (Programas de Educação para Crianças e Jovens em Centros Educativos) devem reconhecer as múltiplas necessidades das crianças e nos seus cuidados e funcionamento comunicativo; a importância central de uma relação profissional onde não existem juízos de valor e baseada na confiança, na qual as crianças devem ser ouvidas. É essencial reconhecer que as crianças têm os seus objetivos e aspirações, e estes devem ser levado a sério. Aqui os Programas de Educação para Crianças e Jovens em Centros Educativos, incutem um sentido de esperança e de autoeficácia nas crianças.

Fluxos/permissões de informação exigem protocolos rigorosos. A avaliação do risco e da decisão do tribunal deve incluir a avaliação dos fatores de proteção que afetam o envolvimento educativo. Isto liga à comunicação de histórias educativas e estratégias personalizadas de gestão de comportamentos.

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>Capacidade de comunicar (verbalmente e por escrito) e desenvolver e compreender estratégias para uma comunicação eficaz, com todas as partes envolvidas (alunos, famílias, colegas e outro pessoal, organizações pertinentes de crianças e agências de apoio e tribunais) no progresso a aprendizagem e no processo individual de aprendizagem para a “transição”, identificando conquistas e necessidades de apoio à aprendizagem continua.</p>	<p>Conhecer e aplicar as características das estratégias de comunicação interna e aquelas relacionadas a agências externas, incluindo famílias.</p> <p>Partilhar com os colegas as abordagens de avaliação de aprendizagem e os indícios do que funciona e do que faz parte do planeamento de transição com as agências.</p> <p>Entender que as estratégias de avaliação preparam o aluno para as restantes demandas educativas sobre a transição e abordam os níveis de realização na educação funcional.</p> <p>Conhecer e aplicar os protocolos de comunicação relacionados com os planos de transição, transferência e reinserção.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entende como incorporar as estratégias da instituição para uma comunicação eficaz com os alunos.</li> <li>• Implementa as informações/protocolo de partilha de documentos das instituições de forma consistente e de acordo com a individualização da aprendizagem e objetivos.</li> <li>• Conhece e reconhece a necessidade de interagir com determinados indivíduos/agências tendo por base protocolos internos para partilha de informações aquando: da transição, transferência e reinserção.</li> <li>• Percebe porque é que estabelecer uma relação de aprendizagem com cada aluno é fundamental para garantir o envolvimento, interesse e motivação.</li> <li>• Planeia e considera a importância das famílias, como parceiras, no processo educativo e de desistência e a necessidade de comunicar de forma eficaz com estas.</li> <li>• Conhece e compreende a importância de um percurso de aprendizagem com base terapêutica, com recursos, gerido e avaliado, que combina prioridades educativas e de desistência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve e aprofunda as abordagens, em toda a instituição, para uma comunicação eficaz com alunos.</li> <li>• Contribui e apoia os colegas na melhoria dos protocolos de partilha de informação/documentos, de acordo com o processo individual de aprendizagem e resultados.</li> <li>• Interage e colabora ativamente com colegas, dentro e fora da instituição partilhando informações sobre a transição de crianças/jovens, transferência e reinserção.</li> <li>• Concebe e promove práticas, estratégias e métodos que asseguram o envolvimento, interesse e motivação dos alunos.</li> <li>• Envolve e comunica, de forma ativa, com as famílias no processo educativo e de desistência.</li> <li>• Desenvolve, em colaboração com os colegas, estratégias de formação, que comunicam como o percurso de aprendizagem é baseado em fatores terapêuticos, em recursos, como é gerido e avaliado, e que combinam as prioridades</li> </ul>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhece a importância da comunicação e conhece conceitos como a teoria da mente, sendo vista como alguns, particularmente importante para alcançar práticas restaurativas.</li> <li>• Conhece e está atualizado sobre modelos terapêuticos e aquilo “que funciona” em outras cidades ou países.</li> <li>• Conhece e compreende a relevância de partilhar informações relevantes com pais, famílias e agência de apoio em linguagem concisa, identificando metas e objetivos de forma precisa.</li> <li>• Conhece e compreende a importância de monitorizar os alunos à saída, de forma a avaliar os sistemas internos e a prática.</li> </ul>	<p>educativas e de desistência para informar os planos para a reinserção.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve sistemas empíricos para monitorizar a comunicação eficaz com a cada aluno – o núcleo de todos os planos.</li> <li>• Desenvolve a prática profissional e partilha modelos terapêuticos e indícios “do que funciona” em outras cidades/países.</li> <li>• Partilha informação relevante e cria redes com pais, famílias e agências de apoio através de uma linguagem concisa, identificando metas e obrigações de forma precisa.</li> <li>• Desenvolve fluxos sistemáticos de informação para acompanhar os alunos na saída, para auxiliar na avaliação da eficácia dos sistemas e práticas internas, incluindo a assimilação da alfabetização (compromisso e autoeficácia para aprender, barreiras remanescentes...).</li> </ul>

## B. Conhecimento e Compreensão

### 10. Tecnologias de Aprendizagem

<b>Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil</b>
<p>Qual é a estratégia nacional para a inclusão digital e como isto é abordado no setor?</p> <p>O analfabetismo digital combina-se com outros déficits educativos na grande maioria das crianças dentro do Sistema de Justiça Criminal, particularmente aquelas sob guarda do Estado com educação disruptiva. Dentro das configurações de segurança juvenis, o acesso aos recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e à Internet é restrito, agravando a progressão e “recuperação” aquando da reinserção. Consequentemente, as crianças continuam a enfrentar obstáculos significativos à aprendizagem enquanto estão sob guarda do Estado, sem acesso adequado às tecnologias de aprendizagem. Isto aumenta, os deficits de alfabetização existentes. As instituições, em colaboração com as agências de apoio, devem instigar uma análise de necessidades, dadas as ligações entre a inclusão social e o emprego.</p> <p>A relevância dos sistemas ou capacidade de diagnosticar alfabetização digital e os níveis de competência, aquando da entrada nos Centros Educativos, e os percursos de cada criança e jovem, devem facilitar o entendimento dos desafios destes ambientes (privação da liberdade e ambiente) e respetivas necessidades.</p> <p>A adequação e o perfil do conhecimento digital, em ambientes de privação da liberdade, deve permitir e incentivar a proficiência digital nos percursos das crianças e jovens e, Centros Educativos.</p>

<b>Competência</b>	<b>Aspeto da Competência</b>	<b>Formação Inicial – Justiça Juvenil</b>	<b>Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil</b>
Capacidade de conhecer e utilizar tecnologias em qualquer desenvolvimento de competências, tantos nos profissionais de aprendizagem como na educação dos alunos	<p>Saber como utilizar a tecnologia de forma eficaz e segura em ambientes de educação na Justiça Juvenil.</p> <p>Saber como utilizar a tecnologia de forma eficaz para ajudar na aprendizagem do aluno e na utilização segura de ferramentas de media sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encoraja e permite a literacia digital, utilizando as TIC de forma criativa ao longo de todo o currículo.</li> <li>• Adapta a utilização de tecnologias às restrições do ambiente educativo, permitindo, de forma criativa, que os alunos espelhem a utilização de tecnologias, tal como nos ambientes regulares.</li> <li>• Incentiva os alunos a experimentarem o desenvolvimento das suas aptidões, “brincando” e assumindo riscos, sabendo que serão sempre apoiados nisso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve e inova, na prática pedagógica, através da utilização de tecnologias para investir em abordagens de “aprendizagem mista”.</li> <li>• Desenvolve, a partir das melhores práticas internacionais, a avaliação de diagnóstico e recursos de aprendizagem para facilitar a inclusão digital de todos os alunos.</li> <li>• Desenvolve uma compreensão institucional mais profunda de que um ensino com tecnologia pode aprofundar a aprendizagem e apoiar os seus objetivos, melhorando a alfabetização digital e</li> </ul>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
	<p>Saber utilizar a tecnologia de forma eficaz para apoiar o seu papel profissional e como esta competência incorpora todas as competências.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhece e aplica a utilização de tecnologias de forma eficaz de forma a apoiar a progressão na aprendizagem e melhoria da literacia digital.</li> <li>• Conhece e aplica tecnologias de aprendizagem para enriquecer os programas do currículo social, incluindo a facilitação do “currículo oculto” e a modelagem do comportamento adaptativo.</li> <li>• Utiliza softwares de programas de aprendizagem e a Internet como ferramentas profissionais.</li> </ul>	<p>definindo-a como um resultado desejável no apoio à desistência.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promove e projeta atividades que permitem o envolvimento dos alunos, a progressão da aprendizagem e a melhoria da alfabetização digital,</li> <li>• Desenvolve e colabora na promoção de estratégias de ensino e de aprendizagem que utilizam tecnologias de aprendizagem, mais afastadas das configurações de sala de aula/seminário, de forma a capacitar e motivar os alunos.</li> <li>• Apoia e incentiva outros colegas sobre como utilizar programas de aprendizagem de software e Internet enquanto ferramentas profissionais.</li> </ul>



## B. Conhecimento e Compreensão

### 11. Contexto Comunitário

#### Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil

Os jovens ofensores vêm das nossas comunidades e retornam a elas.

Estudos indicam que as intervenções para promover a redução de infrações através de uma mudança individual lidam, na melhor das hipóteses, com apenas metade do problema. As crianças e jovens também devem ser apoiados para conseguirem mais na vida e pararem de temer o fracasso. Em suma, as situações sociais em que as crianças e jovens vivem e funcionam também precisam ser um foco de trabalho e os profissionais devem envolver-se, de forma ativa, na remoção de restrições estruturais para a criança e jovem (Desistance and young people: HM Inspectorate of Probation, 2016).

A reinserção necessita começar no início da sentença não só para garantir transições suaves para a comunidade, mas também que a reincidência é reduzida com a consideração integrada de todos os fatores ofensivos num nível personalizado.

Reconhecer a política de privação, a duração da sentença e a distância da colocação de casa, pode dificultar a criação de relações institucionais positivas (fortes, confiáveis e profissionais).

Há uma enorme variação entre o conhecimento dos profissionais e a compreensão da desistência, agravada pelo facto de existir pouca literatura e indícios sobre a desistência de jovens, e nenhuma definição ou metodologia unificada ou aceite. (Barry, 2009, 2010). Que indícios existem que indicam que as abordagens personalizadas funcionam melhor? Construir relações positivas e sustentáveis com as crianças é fundamental para superar:

- Barreiras estruturais
- Barreiras de apoio/suporte
- Barreiras subjetivas

A teoria da desistência reconhece criticamente a importância da família e da reinserção positiva (mas isto pode acarretar riscos dados os escassos estudos na área das crianças e da desistência) e a emergência e relevância dos princípios de ajuda-mútua na ressocialização de adultos mostram o impacto que a vinculação e a construção de capital social na redução da reincidência.

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>Capacidade de compreender a ligação entre todas as instituições envolvidas no Sistema de Justiça Juvenil e a possibilidade de desenvolvimento e bem-estar bilaterais.</p>	<p>Compreender a inter-relação entre instituições e comunidades referenciadas.</p> <p>Entender o potencial de desenvolvimento e bem-estar mútuos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreende a importância das responsabilidades partilhadas para metas de ressocialização e a importância de uma comunicação coerente entre os profissionais envolvidos na Justiça Juvenil, no objetivo educativo mais amplo.</li> <li>• Compreende perceções dentro da comunidade sobre o valor da desistência e necessidades individuais da criança (por exemplo, atrasos da maturidade).</li> <li>• Conhece e reconhece a importância que os atores e agências da comunidade têm no processo de desistência de forma a alcançar uma transição e reinserção robustas.</li> <li>• Compreende que as visões da comunidade podem ser aproveitadas para melhorar os resultados do aluno, com benefícios recíprocos em termos de segurança desta através de princípios de desistência integrados.</li> <li>• Compreende a importância de uma “pertença objetiva e significativa” durante o percurso dos alunos na instituição, e a importância de partilhar estes princípios com os atores da comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promove, ativamente, a partilha de responsabilidades e comunicação coerente entre colegas, para alcançar os objetivos de reabilitação.</li> <li>• Adapta a própria prática em relação às perceções dentro da comunidade sobre o valor da desistência e as necessidades individuais das crianças.</li> <li>• Desenvolve no ensino e na prática de apoio, uma compreensão e um conhecimento mais profundos da desistência para permitir um envolvimento crítico com os atores e agências da comunidade para uma transição/reintegração robusta.</li> <li>• Desenvolve novas práticas que aprimoram, os resultados dos alunos, aproveitando as visões da comunidade, com benefícios recíprocos em termos de segurança desta, através de princípios embutidos de desistência.</li> <li>• Desenvolve mecanismos para reforçar uma “pertença objetiva e significativa”, entre os colegas, durante o percurso do aluno na instituição; partilha estes princípios com atores da comunidade.</li> </ul>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhece a importância do desenvolvimento de uma prática individual e a sua integração nos programas de educação e formação e a práticas de desistência.</li> <li>• Compreende a relevância de desenvolver relacionamentos com outras instituições, e com todos os intermediários no processo, para promover valores e abordagens de desistência entre agências vinculadas a metas/planos educativos.</li> <li>• Reconhece a importância do vínculo entre a manutenção dos compromissos educativos e a efetiva dentro da comunidade.</li> <li>• Conhece e compreende a relevância de uma integração mais profunda entre as instituições para promover os princípios da inclusão social através da integração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve, em colaboração, práticas integradas entre programas de educação e formação e práticas de desistência, investindo em percursos personalizados para a mudança e adaptação.</li> <li>• Desenvolve, dentro e através de outras instituições de Justiça Juvenil, relações mais profundas com redes comunitárias e todos os intermediários no processo para promover valores e abordagens de desistência, entre agências vinculadas a metas/planos educativos.</li> <li>• Desenvolve consciencialização, entre as redes de sistemas, sobre a relação entre manter os compromissos de educação e a desistência efetiva na comunidade.</li> <li>• Desenvolve uma integração mais profunda entre as instituições e promove os princípios de inclusão social através da integração reabilitadora.</li> </ul>

## B. Conhecimento e Compreensão

### 12. Quadros Legais

<b>Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil</b>
<p>Em países como o Reino Unido há uma ênfase excessiva na “personalização” da educação. Esta “personalização” traz implicações prejudiciais para a “transferência” relativamente à educação em Centros Educativos, dada a presença/realidade das principais barreiras estruturais associadas às complexas necessidades sociais e de bem-estar e restrições estruturais (Barry 2010, Gray 2013).</p> <p>As crianças inseridas no Sistema de educação de Justiça Juvenil são um grupo altamente vulnerável, com apresentações desproporcionais das NEED, trauma, atrasos educativos e défices de maturidade, uma vez que experimentam vidas deslocadas. À medida que a política de condenação da UE muda para o aumento da condenação comunitária, as crianças a cumprir medidas privativas da liberdade têm uma maior probabilidade de apresentar necessidades e desafios mais complexos, cumprindo sentenças mais longas.</p> <p>No setor, muitos profissionais não foram instruídos sobre a teoria da desistência e, conseqüentemente, não têm ideias claras sobre como os principais conceitos e abordagens devem ser aplicados, em todas as estratégias de gestão legal de ofensores dentro das instituições.</p>

<b>Competência</b>	<b>Aspeto da Competência</b>	<b>Formação Inicial – Justiça Juvenil</b>	<b>Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil</b>
Capacidade de compreender o Quadro legal existente relacionado com a educação e ressocialização e as responsabilidades que destes resultam.	<p>Compreender e aplicar as estruturas legais relacionadas à educação e ressocialização em ambientes educativos de Justiça Juvenil.</p> <p>Compreender as dificuldades dentro de cada quadro legal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhece e compreende a extensão e a responsabilidade mantidas sob as obrigações relevantes de “dever de cuidar”.</li> <li>• Entende e compreende direitos legais e atividades regulamentadas.</li> <li>• Reconhece a relevância para a prática institucional no cumprimento do quadro legal.</li> <li>• Reconhece a importância da formação, enquanto base de sustento a abordagens de desistência no cumprimento dos quadros-legais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve e consciencializa da interação (e por vezes pressões contestadas) entre o cumprimento de obrigações do Quadro legal e as implicações para a prática profissional em contexto.</li> <li>• Aplica e promove direitos legais e atividades regulamentadas.</li> <li>• Desenvolve e colabora na melhoria da prática institucional, no cumprimento de deveres legais. .</li> <li>• Desenvolve e fortalece a formação direcionada para fundamentar abordagens de desistência, no cumprimento de obrigações legais.</li> </ul>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhece e mantém-se atualizado relativamente a investigações internacionais sobre estratégias eficazes de gestão de ofensores, que endereçam subjetividades e estrutura na modelagem da ressocialização eficaz.</li> <li>• Compreende os direitos de currículo e as estratégias de desistência da Carta da ONU e das diretrizes da UE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve e aplica a aprendizagem relativamente a investigações internacionais sobre estratégias eficazes de gestão de delinquentes, que abordam subjetividades e a estrutura na modelagem da ressocialização eficaz.</li> <li>• Aprofunda a consciência institucional e a prática dos direitos estabelecidos pela Carta da ONU e pelas Diretrizes da UE, orientando os colegas no papel da educação e na redução da reincidência.</li> </ul>

### C. Aptidões profissionais e a sua aplicação: planeamento, Ensino, aprendizagem e avaliação

#### 13. Planeamento de aulas e Objetivos de aprendizagem

Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil
<p>O contexto para a aprendizagem deve acomodar as perceções dos alunos com muitas experiências educativas precárias e aprendizagens disruptivas, com baixos níveis de alfabetização e numeracia e prováveis défices de discurso e de linguagem.</p> <p>Os objetivos de aprendizagem devem refletir os planos educativos que abordam, examinam e avaliam as necessidades dos alunos relativamente ao seu desenvolvimento social/emocional e afetivo.</p> <p>Nem todas as crianças no Sistema têm um atraso na aprendizagem ou NEED, e o alcance de funções e aptidões de aprendizagem são diversas, mas todas elas estão dentro do mesmo processo de ressocialização de forma a diminuir o seu potencial de reincidência. Os profissionais dos Centros Educativos devem reconhecer que têm que ser muito flexíveis ao estabelecer objetivos de aprendizagem.</p> <p>Conceber e planejar objetivos de aprendizagem deve assegurar que os recursos para a aprendizagem estão implementados e qualquer plano de aprendizagem inclui o aluno, de forma significativa, na conceção, implementação e revisão, reconhecendo as limitações das distinções de idade/maturidade.</p> <p>As perspetivas internacionais de enquadramento dos objetivos de aprendizagem na inclusão podem informar a prática eficaz, e como é que as abordagens de desistência podem ser combinadas na aprendizagem para a mudança.</p>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>Capacidade de planear, desenvolver e avaliar lições/sessões e construir, a partir destas, um conjunto de objetivos individuais de aprendizagem, tendo em consideração as especificidades de cada aluno (por exemplo NEED e alunos resistentes/relutantes), preparando-os para a progressão e aprendizagem ao longo da vida.</p>	<p>Utiliza abordagens de comunicação para perceber o que os alunos sabem, entendem e conseguem fazer, de forma consistente e com os objetivos de aprendizagem apropriados. Sabe planear lições e como definir objetivos de aprendizagem apropriados, que são consistentes com os objetivos de planeamento e desistência do currículo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entende e reconhece que os objetivos de aprendizagem devem refletir os planos educativos, que abordam e avaliam as necessidades dos alunos relativamente ao seu desenvolvimento social/emocional e afetivo, avaliando o seu progresso.</li> <li>• Reconhece as barreiras, na prática ou nas pedagogias, que inibem a realização dos objetivos de aprendizagem ou a sua progressão.</li> <li>• Tem um conhecimento geral e compreensão “daquilo que funciona” e reconhece a relevância de uma abordagem diferenciada.</li> <li>• Compreende e reconhece a relevância da criatividade e do envolvimento dos alunos nos objetivos de aprendizagem.</li> <li>• Desenvolve planos com objetivos claros, conteúdos relevantes, recursos e atividades bem sequenciados, permitindo condições para o envolvimento seguro do aluno com a utilização clara da linguagem.</li> <li>• Desenvolve, sob supervisão, planos que permitem e incentivam todos os alunos a envolver e identificar os objetivos de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve e ajuda os colegas a desenvolverem planos educativos tendo por base os objetivos de aprendizagem, que abordam e avaliam as necessidades e o progresso dos alunos, em relação ao seu desenvolvimento social/emocional ou afetivo.</li> <li>• Desenvolve em colaboração a compreensão e respostas às barreiras, nas práticas ou pedagogias, que inibem o alcance dos objetivos de aprendizagem e a sua progressão.</li> <li>• Desenvolve, através de indícios da prática, um entendimento institucional mais profundo sobre “o que funciona”, utilizando uma abordagem diferenciada, de forma a garantir os objetivos de aprendizagem.</li> <li>• Desenvolve capacidades para aplicar os objetivos de aprendizagem, de forma criativa e envolvente para os alunos.</li> <li>• Desenvolve e promove abordagens de trabalho de equipa para melhorar as estruturas de planeamento de aulas, numa abordagem que envolve toda a instituição de forma a monitorizar e melhorar o planeamento do professor.</li> <li>• Desenvolve planos de ação de melhoria de outros líderes/colgas que combinam objetivos formais e não-formais nos planos de aprendizagem individuais.</li> </ul>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
		aprendizagem numa determinada sessão ou fase da aprendizagem, delineando atividades apropriadas com estratégias para obter feedback destes.	

### C. Aptidões profissionais e a sua aplicação: planeamento, Ensino, aprendizagem e avaliação

#### 14. Suporte de aprendizagem e ambientes

Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil
<p>Investigações e convenções internacionais reconhecem a educação na infância enquanto um direito humano e a base da Liberdade, o cerne da cidadania. A educação é a resposta crucial à delinquência juvenil. O apoio neste contexto deve alinhar os conjuntos de competências às necessidades dos alunos relativamente ao seu desenvolvimento social/emocional e afetivo.</p> <p>“Delinquir não deve significar perder o direito à infância. Se as crianças que cometerem delitos se tornarem adultos bem-sucedidos e cumpridores da lei, o foco deve ser melhorar o seu bem-estar, saúde e educação – as suas perspetivas de vida- ao invés de simplesmente impor a punição”. (Revisão do sistema de Justiça Juvenil na Inglaterra e no País de Gales, 2016).</p> <p>Os Centros Educativos não replicam a aprendizagem convencional nem as configurações associativas, já que a privação da liberdade é o objetivo principal do design do ambiente, do local e movimento. Isto pode variar de acordo com a cidade/país, portanto é importante reconhecer as restrições situacionais impostas pelos tribunais e pelo ambiente institucional.</p> <p>Considere o impacto mais amplo do deslocamento na psicologia da aprendizagem.</p>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>Capacidade de criar e manter um ambiente de aprendizagem seguro e estimulante, baseado em atividades com objetivos claros e estratégias de comportamento consistentes com os planos educativos, que satisfaçam as necessidades dos alunos e o seu envolvimento Seguro com a aprendizagem formal e informal.</p>	<p>Mobilizar auxiliares de ação educativa para apoiar a aprendizagem dos alunos, para criação de um ambiente de aprendizagem Seguro, interativo, estimulante e inclusivo para todos os alunos.</p> <p>Orientar e organizar o trabalho de outros colegas no auxílio à aprendizagem de forma consistente com os planos educativos, de comportamento e abordagens de desistência.</p> <p>Criar e manter um ambiente de aprendizagem claro relativamente ao seu objetivo de fomentar atividades inclusivas para todos os alunos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreende o papel e o objetivo dos auxiliares de ação educativa nos contextos de aprendizagem da Justiça Juvenil.</li> <li>• Reconhece a importância de colaborar com especialistas de outras áreas profissionais, dependendo das necessidades individualizadas da criança/jovem.</li> <li>• Conhece e mantém-se atualizado relativamente aos planos de apoio à educação, que existem e que reconhecem os potenciais benefícios decorrentes da mobilização da equipa de auxiliares de ação educativa, no contexto da abordagem centrada na criança para a aprendizagem e desistência.</li> <li>• Conhece e compreende a importância de ser flexível na adoção de todos os ambientes como definições para a aprendizagem, particularmente em relação ao atendimento das necessidades sociais, emocionais e afetivas de todas as crianças.</li> <li>• Conhece e compreende que o ambiente de aprendizagem deve estimular o acesso à aprendizagem, com espaços seguros e estruturados para se envolver a aprendizagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve, em toda a instituição, uma cultura de avaliação das práticas de apoio, garantindo valores e relacionamentos que sustentam a aprendizagem em todas as formas.</li> <li>• Desenvolve e promove a colaboração e redes com especialistas de outras áreas profissionais, tendo em mente as necessidades individuais da criança/jovem.</li> <li>• Implementa e analisa os planos de apoio à educação, reconhecendo os potenciais benefícios da mobilização dos auxiliares de ação educativos, para apoiar a aprendizagem no contexto das abordagens de aprendizagem e desistência das crianças.</li> <li>• Desenvolve, a partir de indícios, e prática abordagens criativas “daquilo que funciona”, adaptando ambientes de privação da liberdade à aprendizagem a todos os níveis e necessidades da criança/jovem.</li> <li>• Criar e orienta outros colegas para proporcionar aos alunos um ambiente de aprendizagem que estimula o acesso à aprendizagem, com espaços seguros e estruturados para se envolverem com a aprendizagem.</li> </ul>



## C. Aptidões profissionais e a sua aplicação: planeamento, Ensino, aprendizagem e avaliação

### 15. Gestão do tempo

<b>Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil</b>
<p>As pressões e deveres sobre as equipas de educação dos centros educativos têm que reconhecer a mudança na dinâmica e demografia das crianças instaladas em tais ambientes, que serão mais desafiadoras e desafiadas, e cumprindo muitas vezes penas mais longas.</p> <p>Reconhecer que quase todas as causas de delinquência juvenil estão além do alcance do Sistema de Justiça Juvenil. Mas sem a satisfação do pessoal a rotatividade aumenta, existe baixa moral e descontinuidade educativa para os alunos (como é o caso do Reino Unido).</p> <p>A conseqüente necessidade de os líderes garantirem a carga de trabalho e condições de trabalho, é compatível com as estruturas legais e os padrões profissionais para que o ensino e a aprendizagem eficazes ocorram sem qualquer tipo de stress indevido.</p>

<b>Competência</b>	<b>Aspeto da Competência</b>	<b>Formação Inicial – Justiça Juvenil</b>	<b>Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil</b>
<p>Capacidade de gerir, de forma eficiente e eficaz, o tempo e a carga de trabalho na educação o ambiente de formação, e de manter equilíbrio entre a vida pessoal/laboral em contextos da Justiça Juvenil.</p>	<p>Gerir de forma eficiente e eficaz, o tempo, a carga de trabalho, reconhecendo o potencial de stress e desafios específicos adicionados pelos ambientes de Justiça Juvenil.</p> <p>Manter um balanço da vida pessoal/laboral, lidando de forma eficaz com a pressão específica trazida pelo ambiente da Justiça Juvenil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhece a importância da gestão do tempo e da eficiência nos contextos da Justiça Juvenil, dadas as exigências situacionais, menos tempo de disponibilidade e a falta de recursos que normalmente existem.</li> <li>• Utiliza o tempo de forma eficiente e eficaz para permitir e manter um equilíbrio na sua vida laboral, dentro e fora da instituição.</li> <li>• Aplica técnicas básicas de gestão de stress nas culturas e práticas do local de trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve a partilha sistemas/protocolos de gestão de tempo e eficiência em ambientes de Justiça Juvenil, que abordam exigências situacionais, falta de tempo e falta de recursos que possam surgir.</li> <li>• Promove, entre colegas, técnicas que permitem manter um equilíbrio entre a vida pessoal e laboral.</li> <li>• Desenvolve sistemas de avaliação que articulam a gestão do tempo e as características do stress ocupacional que podem inibir a progressão da</li> </ul>

			satisfação no trabalho, no ensino e na aprendizagem eficaz.
--	--	--	-------------------------------------------------------------

### C. Aptidões profissionais e a sua aplicação: planeamento, Ensino, aprendizagem e avaliação

#### 16. Estratégias de Ensino e recursos

<b>Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil</b>
<p>Dentro do amplo espectro de serviços prestados pelos Sistemas de Justiça Juvenil, a educação das crianças talvez tenha a maior influencia, a longo prazo. A interrupção ou o atraso educativo pode ser considerado um preditor importante de delinquência e reincidência, pois sem aptidões fundamentais ou vocacionais, as crianças neste Sistema enfrentam uma série de dificuldades sociais e económicas ao serem libertadas, e correm um elevado risco de fracasso vitalício. Assim, professores eficazes e inspiradores podem transformar jovens vidas.</p> <p>Em muitos Centros Educativos as configurações de segurança e de proteção podem suplantar os esforços educativos.</p> <p>Ao contrário do ensino regular, a população em Centros Educativos não é estática e isto tem implicações para o planeamento e impacto. Os défices que muitas crianças apresentam nos ambientes de Justiça Juvenil são variados. Ao identificar e acomodar necessidades adicionais, as crianças precisam de apoio para encontrar as suas próprias razões para se tornarem alfabetizadas e numeradas – razões que vão além da leitura factual ou para se adequar a objetivos imediatos de aprendizagem formal e que tenham valor e significado. Elas necessitam encontrar razões pelas quais a educação e o trabalho terão um papel importante nas suas vidas. A cultura organizacional para a aprendizagem dentro dos contextos de Justiça para os jovens é distintiva do ensino regular e aperfeiçoada em contextos seguros.</p> <p>Os estudos indicam que, do ponto de vista socio-emocional, o ensino eficaz pode criar um clima que promova a) relações positivas entre o professor e o aluno; b) relações de pares positivas; c) um sentido pessoal de si; d) capacidade de gerir emoções. Estes fatores sociais e emocionais influenciam as aptidões dos alunos no processamento da informação que encontram no ambiente educativo, no estabelecimento de conexões significativas com as informações, e no direcionamento do processo de aprendizagem.</p>

<b>Competência</b>	<b>Aspeto da Competência</b>	<b>Formação Inicial – Justiça Juvenil</b>	<b>Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil</b>
Capacidade de dominar e implementar uma variedade de estratégias de Ensino e recursos correspondentes	Utilizar uma variedade de estratégias de ensino e recursos que permitam que aprendizagem ocorra no contexto da Justiça Juvenil.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conhece e compreende a importância da aplicação de abordagens institucionais holísticas e “centradas na criança”, proporcionado uma educação inclusiva para todos os alunos com base em valores inclusivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolve, colaborativamente, abordagens holísticas e “centradas na criança” através de pedagogias e estratégias/métodos de ensino apropriados para proporcionar uma educação</li> </ul>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>(utilizando orientações judiciais, diagnósticos e avaliações de necessidades) adaptadas à situação de privação da liberdade e necessidades educativas (incluindo alunos com NEED, necessidades adicionais e aqueles que não estão a aprender na sua língua materna) que melhoram a aprendizagem, o seu ritmo e envolvimento dos alunos nas lições/sessões para os objetivos de aprendizagem formais e informais.</p>	<p>Empregar estratégias que motivem e satisfaçam as necessidades dos alunos com necessidades educativas especiais e adicionais para atingir metas de aprendizagem formais e não formais.</p> <p>Utilizar uma variedade de estratégias de ensino e recursos que sejam inclusivos e retenham o envolvimento com a aprendizagem nas lições/sessões ao longo do tempo.</p> <p>Aplicar estratégias que motivem as necessidades dos alunos profundamente resistentes e apresentem desafios associados a trauma(s) de desenvolvimento complexo e desistência escolar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhece a importância das estratégias de ensino e dos recursos bem como a importância de incentivar e modelar práticas eficazes para identificar padrões e estimular a melhoria através da autorreflexão e reflexão partilhada nos contextos de Justiça Juvenil.</li> <li>• Compreende a relevância das abordagens que iniciam do ponto no qual a criança se encontra, e que o ensino e os recursos devem corresponder às necessidades de cada aluno e os seus níveis de aptidões funcionais.</li> <li>• Entende e conhece a relevância de adotar necessidades adicionais no planeamento e estratégias de ensino para garantir a aprendizagem inclusiva.</li> <li>• Conhece e aplica, com supervisão, estratégias de envolvimento em que a resistência ou confusão arriscam a desistência do aluno ou quando as necessidades não são satisfeitas.</li> <li>• Conhece e compreende que a aprendizagem e a instrução devem estimular a aprendizagem anterior dos alunos, unindo o conhecimento prévio com novos objetivos de aprendizagem.</li> </ul>	<p>individual a todos os alunos (que atenda às necessidades e com base em valores inclusivos).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Utiliza uma variedade de estratégias de ensino e de mobilização de recursos adequados à capacidade de linguagem/leitura, capacidade, interesses, experiências e capacidades dos alunos em contextos de Justiça Juvenil.</li> <li>• Implementa e promove abordagens que iniciam do ponto no qual a criança se encontra, combinando o ensino e os recursos para cada necessidade do aluno e respetivos níveis de aptidões funcionais atuais;</li> <li>• Acomoda necessidades adicionais de planeamento e adota estratégias de ensino proporcionando flexibilidade na abordagem, de forma a garantir uma aprendizagem inclusiva com recursos que assim possibilitem.</li> <li>• Implementa e promove, entre colegas, estratégias de envolvimento em que a resistência ou confusão arriscam a desistência do aluno ou quando as necessidades não são satisfeitas.</li> <li>• Desenvolve e aprofunda a compreensão institucional e práticas de que, a partir de uma perspetiva cognitiva, a aprendizagem e a instrução eficazes devem estimular a aprendizagem anterior</li> </ul>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhece e compreende a importância dos mentores e mentorandos se unirem e se envolverem numa troca ativa de conhecimento e experiências sobre estratégias didáticas para a aprendizagem e desistência.</li> <li>• Compreende a importância de estabelecer uma rede profissional de boas práticas dentro da instituição e com as demais instituições envolvidas no processo de ressocialização.</li> </ul>	<p>dos alunos, e a aplicação de estratégias que unem o conhecimento prévio com os novos objetivos de aprendizagem.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve espaço e margem para orientação e coaching do aluno, incorporados num contexto de aprendizagem profissional onde mentores e mentorandos se reúnem se se envolvem numa troca ativa de conhecimento e experiências, sobre estratégias didáticas para a aprendizagem e desistência.</li> <li>• Desenvolve, com os colegas, uma rede profissional de boas práticas dentro das instituições e com outras instituições envolvidas no processo de ressocialização.</li> </ul>

## C. Aptidões profissionais e a sua aplicação: planeamento, Ensino, aprendizagem e avaliação

### 17. Desenvolvimento institucional e aprendizagem

<b>Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil</b>
Diferir as estratégias nacionais, os desenvolvimentos e desafios contextuais entre políticas e debates contemporâneos.
Mencionar os quadros legais recentes de inspeção (educação, reinserção social e de privação da Liberdade) e avaliações de desempenho.

<b>Competência</b>	<b>Aspeto da Competência</b>	<b>Formação Inicial – Justiça Juvenil</b>	<b>Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil</b>
Capacidade de contribuir para a vida e o desenvolvimento da instituição, cooperando com auxiliares de ação educativa e especialistas do Sistema de Justiça Juvenil, pais, famílias, agências de apoio/desenvolvimento.	<p>Contribuir para a vida e desenvolvimento da instituição.</p> <p>Colaborar com colegas e outros funcionários para o desenvolvimento da instituição como um lugar de segurança, proteção e aprendizagem.</p> <p>Iniciar, juntamente com outros especialistas, envolvidos em processos de Justiça Juvenil, colaboração com os pais, famílias e comunidades de cuidado/desenvolvimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreende e aplica políticas e práticas institucionais, promovendo e facilitando o seu impacto no Ensino e aprendizagem, dentro da instituição.</li> <li>• Conhece e compreende que o trabalho em equipa e o desenvolvimento das equipas, entre disciplinas, promove uma abordagem “holística centrada na criança”.</li> <li>• Compreende a importância de colaborar com os pais/famílias, de acordo com os planos individuais de aprendizagem contínua, metas de desistência durante e após a transição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve a monitorização da eficácia institucional utilizando quadros nacionais de inspeção.</li> <li>• Desenvolve estratégias e abordagens que fomentam o trabalho em equipa e o desenvolvimento de equipas em disciplinas, promovendo uma abordagem “centrada na criança”.</li> <li>• Promove e fortalece a colaboração com os pais/famílias, de acordo com os planos individuais de aprendizagem contínua, metas de desistência durante e após a transição.</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhece a relevância dos educadores na reativação da aprendizagem e nas abordagens de desistência.</li> <li>• Conhece e compreende a importância de articular “o que funciona” na desistência com a voz da criança, de forma a empoderar as crianças e a sua “voz”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve percursos para os colegas em especializações (emergentes) dentro do setor, reconhecendo-os como educadores cruciais tanto na reativação da aprendizagem como nas abordagens de desistência.</li> <li>• Desenvolve a profunda o conhecimento sobre o que funciona na desistência com indícios da inovação educativa da aprendizagem “centrada na criança), e articula a voz da criança para garantir a legitimidade no cumprimento dos padrões internacionais para empoderar as crianças e a sua “voz”.</li> </ul>
--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### C. Aptidões profissionais e a sua aplicação: planeamento, Ensino, aprendizagem e avaliação

#### 18. Estratégias de avaliação e metas

<b>Considerações específicas para os contextos de aprendizagem na Justiça Juvenil</b>
<p>O ensino para a avaliação não é um caminho de sentido único. É fundamental, em contextos de centros educativos, que os alunos sejam encorajados a funcionar enquanto alunos críticos na preparação para a ressocialização, e devem ser o foco principal.</p> <p>Mas a transferência de modelos regulares de aprendizagem para a avaliação tem limitações, particularmente porque a aprendizagem em Centros Educativos é transitória. Aqui o “ensino responsivo” incentiva abordagens participativas baseadas na capacidade e na construção da autoeficácia de forma a manter os compromissos de aprendizagem e de desistência.</p> <p>No contexto, diagnósticos e avaliação de necessidades adicionais pode ser incompleto ou ausente. Os professores e os auxiliares de ação educativa devem ser encorajados a implementar abordagens de avaliação criativas, à luz da pena ou do perfil de ressocialização do aluno.</p>

Competência	Aspeto da Competência	Formação Inicial – Justiça Juvenil	Desenvolvimento Profissional Contínuo – Justiça Juvenil
<p>Reconhece a importância da avaliação da aprendizagem, através da monitorização dos alunos, dando feedback construtivo para apoiar a reflexão e melhoria dos alunos em relação à sua aprendizagem, com base em metas/abordagens de ressocialização.</p>	<p>Monitorizar o progresso dos alunos em metas/objetivos de aprendizagem formais e não formais, explicando o “porquê?” e o “como?” na aprendizagem, através de avaliação apropriadas.</p> <p>Dar feedback construtivo, reconhecendo/adaptando a linguagem e outras aptidões.</p> <p>Utilizar a informação de dados relevantes de avaliações comparativas e plano de aprendizagem anterior, para um Ensino eficaz e inclusive relativamente a metas, reconhecendo que as necessidades dos alunos são primordiais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreende a relevância de aprendizagem regulamentada, utilizando uma abordagem apropriada de avaliação de necessidades e práticas reflexivas, em contextos de justiça Juvenil.</li> <li>• Monitoriza o progresso dos alunos, através da observação, autoavaliação e avaliação dos colegas, de questões direcionadas/eficazes e da discussão.</li> <li>• Conhece e compreende a relevância da utilização de métodos de comunicação eficazes, no processo de avaliação de necessidades e prática reflexiva.</li> <li>• Compreende a importância de ter uma avaliação, recursos e ferramentas eficazes mapeados em planos educativos, com metas claras, reconhecendo as restrições situacionais.</li> <li>• Conhece e mantém-se atualizado em relação aos conceitos existentes de “aprendizagem de ensino responsiva”, e as suas exigências em Centros Educativos.</li> <li>• Aplica estratégias de avaliação inteligentes, que se concentram em avaliações formativas criativas e capazes, para inspirar e monitorizar a aprendizagem de forma detalhada, dadas as características demográficas da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolve e promove, entre colegas, a aprendizagem regulada utilizando abordagens adequadas de avaliação, conduzida por necessidades e práticas reflexivas.</li> <li>• Desenvolve abordagens, dentro da instituição, para monitorizar o progresso dos alunos, através da observação, autoavaliação e avaliação dos colegas, de questões direcionadas/eficazes e da discussão.</li> <li>• Desenvolve a aprofunda métodos de comunicação eficazes na avaliação orientada pelas necessidades e pela prática reflexiva, com necessidades adicionais reconhecidas nos alunos.</li> <li>• Implementa e contribui com novos recursos de avaliação eficazes e com planos educativos, bem como com sugestões para lidar com quaisquer restrições situacionais.</li> <li>• Desenvolve, a partir de estudos internacionais o conceito de “aprendizagem de ensino responsiva”, reconhecendo as exigências únicas do ensino e da aprendizagem em Centros Educativos.</li> <li>• Desenvolve, em toda a instituição, uma avaliação inteligente dos recursos de aprendizagem, dado o perfil demográfico e a necessidade de atender aos padrões regulares, na alfabetização/leitura e numeração para construir o funcionamento da aprendizagem fundamental.</li> </ul>









[www.eigep.eu](http://www.eigep.eu)

